

ATA DA 121ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aos três dias do mês de julho de 2024, das 15h00 às 16h13, reuniram-se em ambiente virtual os participantes do Conselho de Transparência da Administração Pública - CTAP. O Controlador Geral do Estado, Presidente do CTAP, Dr. Wagner de Campos Rosário abriu a sessão, em que estavam presentes os conselheiros Roberto Cesar de Oliveira Viegas e Fabiana Ribeiro Nogueira, representando a Controladoria Geral do Estado; Florencio Santos Penteado Sobrinho, representante da Secretaria da Fazenda e Planejamento; Hideo Augusto Dendini, representante da Secretaria de Governo e Relações Institucionais; Elton Tony Souza Pondé Coelho, representando a Casa Civil; Thiago Lima Nicodemo, representando a Secretaria de Gestão e Governo Digital; Priscila Gomes Del Barco, representante da Secretaria de Justiça e Cidadania; Amanda Bezerra de Almeida, representando a Procuradoria Geral do Estado; Maria Inês Fornazaro, representando a Associação Brasileira de Ouidores; Marina Iemini Atoji, representando a Transparência Brasil e os demais participantes, Alvimar Virgilio de Almeida, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e Valmir Gomes Dias, Marcos Gerhardt Lindenmayer e Daniel da Silva Lima, da Controladoria Geral do Estado; cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Iniciou a reunião solicitando que a Secretaria Executiva esclarecesse um problema no envio de mensagens. A Secretária Executiva explicou que algumas mensagens não eram recebidas pelos conselheiros cujo endereço de e-mail está fora do domínio e este problema somente foi detectado no começo da semana, se desculpou e assegurou a correção para as próximas reuniões. Em seguida, o presidente entendeu que, diante desse problema com as mensagens, houve prejuízo na análise da ata 120ª reunião do Conselho da Transparência por parte dos representantes da sociedade civil e propôs que fosse reenviada para possível contestação em dois dias. Se não houver contestação, os presentes entenderam que estará aprovada, e deve ser assinada pelo sistema do gov.br. Seguindo a pauta, o presidente iniciou a atualização do plano de trabalho do CTAP: a ação 6 - Verificar o status das recomendações emitidas pelo CTAP - já está cumprida, foi publicada no Portal da Controladoria Geral do Estado – CGE, no Portal da Transparência. Com base neste relatório, pode haver algum andamento para ser levado ao Plano de Ação de 2025 a ser sugerido pelos conselheiros. Sobre a ação 9 - Política de Dados Abertos do Estado do São Paulo – o conselheiro Roberto informou que não houve alteração na situação do decreto, pois houve uma celeuma sobre a inclusão ou não das universidades estaduais na submissão a esta norma, que segue em tramitação junto a Assessoria Jurídica do Gabinete - AJG e a Assessoria Técnica de Gabinete. E sobre a ação 8 - Catálogo de Sistemas e Bases de Dados/Governo Aberto SP – informou que houve reuniões com a Fundação SEADE e com a Secretaria de Gestão e Governo Digital no sentido de implementar o Portal de Dados Abertos até o final do ano, verificando também o aproveitamento das bases de dados do Portal da Governo Aberto, já que o catálogo tem uma quantidade significativa dessas bases. O presidente informou que alguns decretos estão em atraso, lembrando que há um parecer da Procuradoria Geral do Estado - PGE sobre a autonomia universitária e que a Controladoria Geral do Estado está buscando, junto a PGE e aos reitores, alterar o entendimento sobre algumas normas, como decreto regulamentador da Lei de Acesso à Informação - LAI. Sobre a ação 3 - produção de análises sobre a qualidade de dados públicos, a conselheira suplente Marina informou que não foi possível enviar o cronograma, mas irá enviar até a próxima reunião. O presidente

informou que se houver necessidade, esta ação pode constar para conclusão no plano de ação de 2025. O conselheiro Thiago manifestou apoio à visão da CGE de que as universidades deveriam estar submetidas ao decreto regulamentador da LAI, entendendo que faria sentido representantes das universidades participarem da Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI. O presidente reiterou que as tratativas estão avançando no sentido de um melhor entendimento sobre o assunto da autonomia universitária. Em seguida, o presidente passou para a atualização sobre o Plano Anticorrupção - PAC. Relatou sobre os atrasos nas aprovações das normativas, o que dificulta no andamento do cronograma do PAC, em especial pelo quadro reduzido da CGE. Haverá um aumento no número ações, totalizando 96, e 38 terão alteração de prazos. Dentre as ações a serem incluídas tem uma conferência internacional de integridade pública, em conjunto com a OCDE; o guia de assédio sexual, que está quase pronto; o guia de assédio sexual a menores, a ser utilizado em escolas, Fundação CASA e outros; manual de apuração disciplinar; e o observatório Fala.SP. O Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, Valmir Dias, explicou sobre o rol de informações classificadas e desclassificadas previstos na LAI, e o projeto de integração na plataforma Fala.SP para que o termo de classificação de informações seja feito exclusivamente pela plataforma, passando para uma atualização diária no observatório Fala.SP. O presidente esclareceu que, pelo Decreto nº 68.155/2023, as autoridades competentes para classificar as informações somente podem delegar esta competência para coordenadores. E as classificações atuais estão sendo reavaliadas pela CEAI. E o conselheiro Thiago esclareceu que as secretarias que irão revisar as classificações de acordo com as orientações da CEAI. E a conselheira suplente Marina informou que não há clareza de quantas pessoas são coordenadoras no Estado e que poderiam receber a competência delegada. O presidente esclareceu que cada autoridade competente somente pode delegar para uma pessoa, assim o número de classificadores seria um a mais que cada autoridade. E o coordenador Dias esclareceu na plataforma será publicado se houve delegação ou não, ficando claro o quantitativo de pessoas autorizadas a classificar documentos. O presidente retornou para as atualizações do PAC, informando que tem oito ações em fase final de conclusão. São cinco decretos sobre agendas, nepotismo, plano de dados abertos, apuração preliminar do PAR – Processo de Apuração de Responsabilidade, apuração preliminar de pessoa física/PAD – Processo de Apuração Disciplinar, e três sistemas: SP-Patri, sobre evolução patrimonial; um de controle de investigações, e um de agenda. O presidente informou também sobre a migração do Estado da BEC – Bolsa Eletrônica de Compras para o ComprasNet, o que deu um salto para a transparência, pois ela é imediata. E há o desenvolvimento de outros portais, junto a Secretaria de Gestão e Governo Digital. E a equipe da CGE conseguiu desenvolver sistema para analisar editais, baseado no sistema do governo federal ALICE - Analisador de Licitações, Contratos e Editais. Lembrou que todas as mudanças que estão sugerindo para o PAC serão submetidas ao Comitê de Combate à Corrupção - CCC, que é formado por secretários, para a aprovação das alterações. Na sequência, o presidente passou a palavra para o Coordenador Correccional, Marcos Lindenmayer, que informou sobre o andamento de uma representação realizada pela Transparência Brasil sobre irregularidades no atendimento a LAI na Secretaria da Saúde. Ele relatou que foi instaurado um processo de apuração preliminar, com oitiva de todos os envolvidos no processo e observou-se que o problema era de gestão de processos da LAI dentro da Secretaria. Após reunião com a chefia de gabinete e com o SIC, houve um compromisso institucional para adoção

de um plano de trabalho para atendimento a LAI, trabalhando em cinco eixos: - regulação dos processos de governança e acesso à informação; - orientações para as unidades; - mapeamento dos processos; mapeamento dos riscos e identificação das medidas de mitigação; - implementação dos controles; - capacitação e sensibilização dos servidores da Secretaria. O processo está atualmente na Coordenadoria de Ouvidorias para que monitore o cumprimento dos prazos e de todas as ações. O coordenador entendeu que medidas disciplinares neste caso não seriam efetivas, e visou com o Plano de Trabalho uma melhoria na gestão para atendimento da LAI. O presidente lembrou que no início dessa gestão, havia 1060 omissões dos órgãos sobre decisões da LAI e atualmente tem um pouco mais de 40 casos omissos. A conselheira suplente solicitou o número do processo SEI, que foi prontamente repassado pelo coordenador Marcos. Em seguida, o presidente pediu para a conselheira Fabiana esclarecer uma demanda apresentada na reunião anterior, sobre a transparência das informações do Projeto do Centro Administrativo, pois o email enviado com estes esclarecimentos também não foi recebido por todos. A conselheira Fabiana apresentou as informações que foram enviadas por email, explicando que todas as informações dos projetos estão no site da Secretaria de Parcerias em Investimentos e o email será reencaminhado a todos os conselheiros. E informou que as contribuições para melhorias da publicidade das informações podem ser encaminhadas ao colegiado. Para encerrar, o conselheiro Roberto Viegas esclareceu que o Plano Anticorrupção envolve todas as secretarias, mas em sua maioria, são ações executadas pela Controladoria Geral do Estado; o Comitê de Combate à Corrupção - CCC é intersecretarial e tem ações, por exemplo, de transparência de emendas que foram executadas pela Secretaria de Governo. O presidente falou sobre algumas mudanças nas ações de controle interno e nos trabalhos desenvolvidos, buscando diminuir as recomendações do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do governador. Não havendo nada mais a tratar, e sem nenhuma objeção dos Conselheiros, o Controlador Geral do Estado – Presidente do CTAP Dr. Wagner de Campos Rosário encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos e prevendo a realização da próxima reunião para 18 de setembro. E para constar, eu, Manuella Soares Ramalho, secretariei e lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente e por todos os presentes.

Documento assinado digitalmente



MANUELLA SOARES RAMALHO
Data: 16/10/2024 11:23:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Controladoria Geral do Estado

- Wagner de Campos Rosário
- Roberto Cesar de Oliveira Viegas
- Fabiana Ribeiro Nogueira
- Valmir Gomes Dias

Documento assinado digitalmente



FABIANA RIBEIRO NOGUEIRA
Data: 30/10/2024 16:40:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

- Marcos Gerhardt Lindenmayer
- Daniel da Silva Lima

Casa Civil

- Elton Tony Souza Pondé Coelho



Documento assinado digitalmente

ELTON TONY SOUZA PONDE COELHO

Data: 06/11/2024 14:02:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Procuradoria Geral do Estado

- Amanda Bezerra de Almeida



Documento assinado digitalmente

AMANDA BEZERRA DE ALMEIDA

Data: 04/12/2024 15:52:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Secretaria da Fazenda e Planejamento

- Florencio Santos Penteado Sobrinho

Secretaria de Gestão e Governo Digital

- Thiago Lima Nicodemo

Secretaria de Governo e Relações Institucionais

- Hideo Augusto Dendini

Secretaria de Justiça e Cidadania

Priscila Gomes Del Barco

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Associação Brasileira de Ouvidorias – ABO

- Maria Inês Fornazaro

Transparência Brasil

- Marina Iemini Atoji



Documento assinado digitalmente

MARINA IEMINI ATOJI

Data: 31/10/2024 10:14:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CONVIDADAS

Defensoria Pública do Estado

- Alvimar Virgilio de Almeida